



**FUNDO DE REPARAÇÃO PARA AS
VÍTIMAS DAS ENCHENTES DE
REJEITOS NA BACIA DO RIO DOCE E
NA REGIÃO ESTUARINA, COSTEIRA
E MARÍTIMA DO ESPÍRITO SANTO**



Aedas

NOVEMBRO 2023

FICHA TÉCNICA

ELABORAÇÃO DAS CARTILHAS

Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS)

PROJETO GRÁFICO

Matheus Santos da Silva
Taipa Território Criativo

COORDENAÇÃO METODOLÓGICA

Grupo de Trabalho Institucional -
AEDAS

COLABORAÇÃO

Associação de Desenvolvimento
Agrícola Interestadual - ADAI



Revista Mariana
Metiça Para limpar essa lama.

SUMÁRIO

06

1. Você sabia que a Aedas nasceu da Luta das pessoas atingidas?

16

2. Porque lutar por um Fundo de Reparação para as vítimas das Enchentes de Rejeitos

32

3. O que as empresas poluidoras fizeram para reparar os danos ocasionados pelas Enchentes?

34

4. Como fizemos: Aprendendo com a Bacia do Rio Doce

5. Qual a proposta popular para o fundo para Enchentes?

38

6. Quanto precisaria ser reservado para um fundo capaz de reparar os danos das enchentes?

50

7. Nada sobre nós, sem nós!

58

VOCÊ SABIA QUE A AEDAS NASCEU DA LUTA DOS ATINGIDOS?

1

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) foi criada no ano 2000, pelos moradores da comunidade de Casa Nova, no município de Guaraciaba (nas proximidades do rio Piranga, um afluente do rio Doce), ameaçados pelo Projeto Hidrelétrico de Pilar. O principal objetivo dos seus fundadores era defender os direitos da comunidade local frente aos interesses econômicos da empresa responsável pela execução do projeto, que iria alagar a região e destruir o modo de vida de centenas de famílias. Essa organização saiu vitoriosa e, desde então, o objetivo principal da AEDAS é interceder nas comunidades atingidas por barragens, no intuito de defender os direitos das famílias atingidas.

A AEDAS é, atualmente, a entidade eleita para prestar o serviço de Assessoria Técnica Independente (ATI) na bacia do rio Doce (nos territórios 3 – Vale do Aço, 6 – Conselheiro Pena, 7 – Itueta e Resplendor, e 8 - Aimorés; Barra Longa e Raul Soares), na bacia do Paraopeba (Regiões 1 – Brumadinho - e 2 - Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas - atingidas pelo rompimento da barragem da mina B-1 de Córrego do Feijão/Brumadinho), na comunidade de Itatiaiuçu (atingida pelo acionamento do plano de emergência de barragem de mineração da mina de Serro Azul) e Bacia do Jequitinhonha na execução do projeto Veredas Sol e Lares, todas em Minas Gerais.



Assembleia com as pessoas atingidas em Barra Longa (AEDAS/2018)



O direito de Assessoria Técnica Independente (ATI) é uma conquista recente das comunidades atingidas por grandes empreendimentos, um instrumento para que elas se auto-organizem para enfrentarem as consequências ambientais e sociais danosas das instalações, operações e rompimento. Esse direito é constantemente atacado, mas vem sendo defendido pelo povo atingido organizado com muita persistência em várias cidades que lutam contra os crimes praticados por grandes empresas.

Atualmente, está em votação no Congresso Nacional o projeto de lei 2788/2019, que propõe a criação da POLÍTICA NACIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (PNAB), para garantir que o direito à Assessoria Técnica Independente, bem como o direito à Participação Popular informada e o direito à Reparação Integral e justa de todos os danos causados pelas mineradoras sejam garantidos.

A participação das pessoas atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão é muito importante para garantir que todos os danos sejam reparados e que crimes ambientais como este, não aconteçam mais.



Panfleto de divulgação das Rodas de Diálogo sobre participação. Aedas.

A ATI AEDAS se coloca ao lado de todas as pessoas atingidas na luta pela Reparação Integral e por seu direito de participação e decisão sobre os futuros de suas vidas e comunidades. Por isso, a assessoria no Médio Rio Doce vem desempenhando, desde fevereiro de 2023, uma série de atividades em campo para informar e organizar à população, bem como para colher dados que embasem as suas reivindicações. Assim, em 8 meses de execução do projeto, a Aedas já realizou:

20

visitas técnicas, com 352 participações de atingidos e atingidas, sendo 180 mulheres e 172 homens;

41

reuniões e encontros de apresentação da ATI, com 1.212 participações de atingidos e atingidas, sendo 730 mulheres e 482 homens

50

reuniões de Grupos de Atingidos e Atingidas (GAA), com 503 participações, sendo 291 mulheres e 212 homens;

36

reuniões e encontros com Comissões de Atingidos para atender a decisão judicial, com 404 participações, sendo 225 mulheres e 179 homens;

4

reuniões com Comissões de Atingidos para atender ao TAC-Gov, com 37 participações, sendo 14 mulheres e 23 homens.

10

reuniões e oficinas com o Povo Puri, para construção do Protocolo de Consulta, com 72 participações, sendo 33 mulheres e 39 homens.

13

Rodas de Diálogo (RD), com 805 participações, sendo 439 mulheres e 366 homens.

02

Seminários Temáticos, com 53 participações, sendo 40 mulheres e 13 homens.

1328

aplicações de Registro Familiar (RF) e 4037 pessoas cadastradas até o presente. O Registro Familiar é composto por 330 perguntas sobre renda, enchentes, projetos comunitários, segurança alimentar e demais dados que serão apresentados nesta e nas demais cartilhas e nas demais Cartilhas produzidas pela Aedas.

Os números acima não contabilizam as reuniões destinadas ao TAC-GOV, que ainda estão em andamento.

Atualmente, vivenciamos mais um importante momento da luta das pessoas atingidas e, por isso, a AEDAS sistematizou 7 cartilhas com algumas das pautas mais recorrentes das pessoas atingidas. Objetivo é que todas e todos tenham em mãos mais um instrumento para a luta coletiva pela reparação integral



CARTILHA

Justiça é Construção Popular - Proposta de Direito à Participação Informada e Governança Popular do Acordo da Repactuação;

1

CARTILHA

"Ninguém pode ser deixado para trás!" Uma reparação para todos e todas. (Direito das mulheres, PCTs, idosos, crianças e adolescentes; PCDs e população negra)

2

CARTILHA

Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) para todas as pessoas!

5

CARTILHA

Rio Doce sem fome: Programa de Transferência de Renda.

3

CARTILHA

Fundo para Reparação de Danos e Prevenção de Enchentes de Rejeitos

6

CARTILHA

Reparação pelas mãos dos atingidos e atingidas: Fundo Popular para Projetos Comunitários

4

CARTILHA

Indenização Justa, Já!

7

DO RIO AO MAR, JUSTIÇA É CONSTRUÇÃO POPULAR!

PORQUE LUTAR POR UM FUNDO DE REPARAÇÃO PARA AS VÍTIMAS DAS ENCHENTES DE REJEITOS

2

Por que a Repactuação deve trazer um Fundo para reparação e proteção das vítimas das enchentes de rejeitos que acontecem após 2015?

Uma grande pauta das pessoas atingidas é a reparação dos danos ocasionados pelas enchentes de rejeitos que acontecem desde 2015, o que repete e amplia as consequências do desastre-crime.

70,69% DOS TERRITÓRIOS são afetados pelas enchentes

Após o rompimento, estes eventos se tornaram mais intensos e destrutivos ao invadir as casas e os locais de produção rural, matando plantas e animais, além de contaminar áreas produtivas que ainda não tinham sido afetadas.

85,43% DA POPULAÇÃO percebeu a expansão das áreas inundadas pelas enchentes

A criação de um fundo para reparação e proteção das vítimas das enchentes de rejeitos é urgente e representa um compromisso com a vida do povo atingido, pois atuará na prevenção, controle e combate dos danos ocasionados pelas enchentes de rejeitos na Bacia do Rio Doce.



Qual a relação das Enchentes de Rejeitos com o rompimento da barragem de Fundão?

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce foi bruscamente alterada com a passagem da lama de rejeitos de minérios, após o rompimento da barragem de Fundão, controlada pela mineradora Samarco (uma mineradora que pertence às mineradoras Vale S.A. e BHP Billiton).

Este rompimento liberou no ambiente aproximadamente 60 milhões de metros cúbicos de lama e representa o maior desastre envolvendo barragens de rejeitos no mundo.

A enxurrada de lama e rejeitos tóxicos percorreu mais de 660 km, atingindo toda a extensão do Rio Doce até zona costeira do Espírito Santo.

No seu percurso, causou o assoreamento, a destruição da fauna e flora e zonas de acúmulo de materiais, sedimentos e rejeitos sobre as planícies, modificando o fundo do rio e provocando inundações em locais onde antes não ocorriam enchentes.



Quem utilizava a água para a irrigação não pode mais, quem pescava não pesca mais, e ninguém acredita que essa água não está contaminada, porque o laudo quem faz são eles. Antes do rompimento, a gente passou 9 anos sem enchentes, agora, elas são maiores e mais frequentes. De 2020 para 2021 teve uma muito grande e, em 2022, subiu mais de 90 centímetros a água do que no ano anterior, teve local na ilha que chegou a três metros de altura com água misturada com rejeito.

(Cornélio Rodrigues, atingido morador da Ilha do Rio Doce, município de Caratinga)



Estamos sem trabalho e renda. Como pescadores, marisqueiros, areeiros, carroceiros, bordadeiras, ilheiros, agricultores, pecuaristas, comerciantes vimos piorar a nossa condição de trabalho. Em toda crise econômica, o rio era nossa fonte de alimento e trabalho. Desde o rompimento, isso acabou! E a cada enchente, agora é uma tragédia de rejeitos anual na nossa região, tudo que foi organizado e conquistado pelo trabalho se perde e novamente os danos se acumulam virando prejuízos e doenças.

(Carta dos atingidos e atingidas da bacia do Rio Doce para o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva)

Qual conceito de enchente defendemos?

As enchentes ou cheias são fenômenos relacionados ao transbordamento temporário da água de um rio, devido ao aumento das chuvas ou lançamento de materiais, causando inundações, alagamentos e/ou deslizamento de terra. Podem ocorrer de forma natural ou pela intervenção humana (como no caso do rompimento de barragens). As enchentes que ocorriam na Bacia do Rio Doce eram comuns e em algumas situações benéficas para as atividades produtivas, porém, após o rompimento da Barragem de Fundão, esses eventos carregam a lama com rejeitos de minério para as localidades atingidas. Durante o aumento das chuvas na região, ocorre a destruição de moradias, contaminação das áreas de produção rural e doenças decorrentes do contato com a água.

“ Com as enchentes, é como se a gente enfrentasse um rompimento a cada ano

(Elaine, produtora rural de Conselheiro Pena)

Considerando que todas as enchentes ocorridas na Bacia do Rio Doce, após o rompimento, são caracterizadas pela presença da lama de rejeitos de minério na água, o termo enchente de rejeitos utilizado nesta Cartilha, se refere as enchentes ocorridas após o rompimento da barragem de Fundão.

E tem muita gente passando por isso no Rio Doce?

“ Só quem sente na pele que consegue definir a dor. Nós estamos aqui em luto, nós estamos pra reivindicar. Somos ribeirinhos e é muito difícil passar um ano que não vem uma enchente. A cada nova enchente que vem trazendo resíduos, a gente tem que entrar em contato com aquela lama pra limpar a casa e acaba adoecendo. E como fica a situação de quem não tem renda?

(Eliana Gomes, atingida moradora da Ilha do Rio Doce, município de Caratinga)

Durante a aplicação do Registro Familiar da AEDAS, foi possível perceber que:

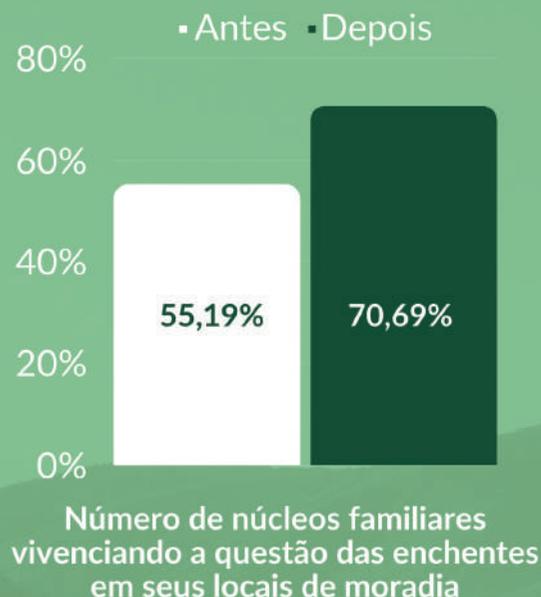
Mais da metade dos respondentes (57,10%), em geral, relataram ter sofrido com as enchentes.

Dos que não conviviam com essa realidade antes, 34,59% passaram a vivenciar.

Dos entrevistados que já lidavam com as enchentes antes do rompimento, 88,92% perceberam mudanças no tipo de materiais carregados para seus locais de moradia.

PERCEPÇÃO SOBRE O AUMENTO DAS ÁREAS QUE SOFREM INUNDAÇÕES APÓS O ROMPIMENTO

85,43% dos respondentes afirma que aumentaram as áreas de inundação após rompimento



Considerando grupos específicos já expostos a condições sociais agravadas, a percepção de danos aparece com mais força, como é o caso de Povos e Comunidades Tradicionais.



80,38%
dos domicílios de Povos e Comunidades Tradicionais foram expostos a rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão

Quando relacionado a renda per capita, observamos que 77,01% das pessoas expostas às enchentes de rejeitos recebe até meio salário-mínimo e 75,99% dessas pessoas passam por nível de insegurança alimentar, moderada ou grave. Estas pessoas, conseqüentemente são as mais vulnerabilizadas no período das enchentes.



As enchentes que “atacam” os poços e geram perdas de emprego

(Seu Gelson - Plautino Soares)



Todo ano em novembro e dezembro tem enchente e fica inviável sair ou entrar no local. A plantação é destruída pela enchente

(Seu Francisco - Resplendor)



“Hoje em dia não nasce nada no meu quintal. O quintal e minha casa sofrem com enchentes todos os anos, já não nasce nada no terreno (...) Depois de ter contato com a “terra” da enchente do meu quintal, teve problemas nos meus pés, depois eles se expandiram pelo corpo tudo. Após o rompimento desenvolvi depressão

(pessoa atingida assessorada pela Aedas - Aimóres Sede)

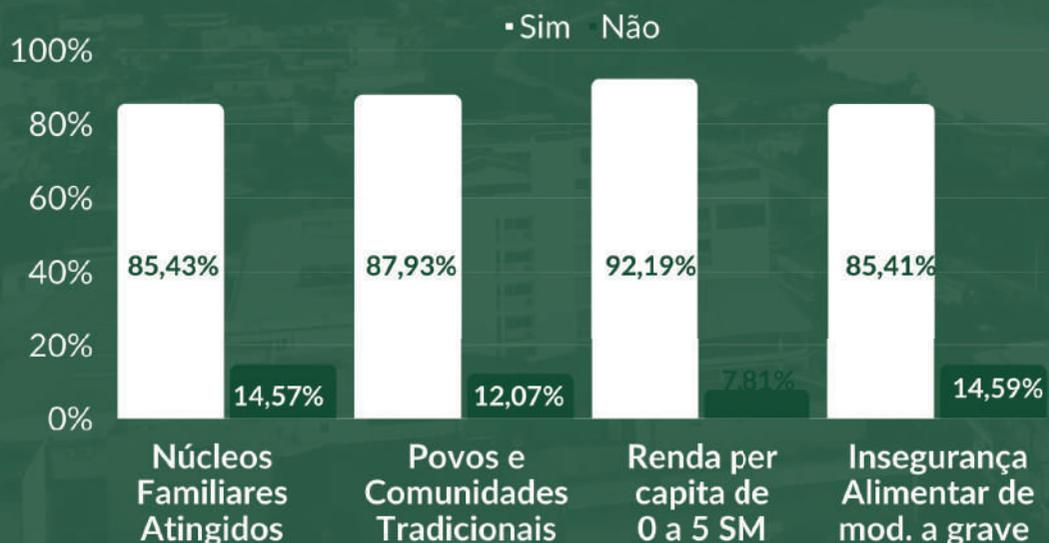


Ciranda no município de Pedra Corrida – MG (AEDAS)

Exposição a rejeitos e resíduos do rompimento da barragem de Fundão



Percepção das pessoas atingidas em relação ao aumento de áreas inundáveis após o rompimento da barragem de Fundão



Daniela, pescadora da Vila Crenaque, afirmou que junto com as enchentes continua subindo rejeitos. Que a lama das enchentes após o rompimento possui um odor muito forte. Destaca que ao contrário de antes de 2015 onde as águas da enchente chegam hoje em dia o que era vivo seca, morre. Após as águas da enchente baixar, as terras e coisas, como casa, ficam cobertas com uma camada de lama seca, com forte odor. Isso traz insegurança para a limpeza das casas e equipamentos e isso tem impedido a continuação de uma prática cultural tradicional da comunidade. Após as enchentes, quando as águas baixavam, as pessoas aproveitavam para plantar. Após o rompimento e bloco de lama que fica impede a plantação de qualquer cultura.

“ Com as enchentes ficamos isolados, temos que dar volta até Ipatinga para ter acesso à Ipaba; temos também os peixes contaminados, e com isso vem a perda das rendas, os pescadores, agricultores, todos são prejudicados

(pessoa atingida da comunidade de Ipaba)

“ O lazer acabou, a população ribeirinha tinha a referência no rio. Hoje a água fede, a água também não serve para irrigação

(pessoa atingida da comunidade de Ilha do Rio Doce)

PRINCIPAIS DANOS CAUSADOS PELAS ENCHENTES DE REJEITOS

isolamento comunitário **58,07%**

interrupção de acesso e prestação de serviços **49,13%**

contato com água e solo contaminados **87,25%**

surgimento ou agravamento de problemas de saúde mental **51,05%**

surgimento ou agravamento de problemas de saúde física **50,25%**

abalo à renda **77,10%**

deslocamento compulsório **53,12%**

aumento de gastos com limpeza e manutenção da moradia **77,94%**

Os núcleos familiares destacaram o contato com a água e solo contaminados como o principal dano sofrido após as enchentes, seguido do aumento de gastos com a limpeza e manutenção da moradia (77,94%) e abalo à renda (77,10%). Destes núcleos familiares atingidos, 90,98% não receberam nenhum tipo de auxílio das empresas responsáveis para reparar os danos das enchentes e inundações, como é possível perceber na fala a seguir:

“ Com minha experiência, eu sei que esse pessoal enrola a gente. Eu deixei tudo que eu tinha sujo de lama, porque preciso provar para esse povo os danos que tive. Não limpei nem reformei as paredes, para poder ter essa comprovação. As enchentes causaram danos nas propriedades. As plantações todas morrem todo ano. Em 2015 não entrou lama não. Mas agora o barro sobe com a água e prejudica todo o solo. Não dá para plantar mais. Sou atingido até hoje. Perdi vaca, plantio. Minha renda registrada pela Renova era de 6 mil. Eu perdi isso todo mês desde o rompimento. Os documentos que eu tenho de comprovação dos danos eu não guardo só para mim. Já tirei cópia dos meus documentos pra mandar até pra Brasília, pra mostrar os danos que toda comunidade teve.

(Itamar, Cachoeira Escura)

“ Não sou mais agricultora, mas vou falar por quem ainda é. Quando mudei para Cachoeira Escura eu plantava, mas após o rompimento qualquer chuva inunda os locais onde se plantava. Não dá mais para ter plantação nessas áreas.

(Maria Rosa, Cachoeira Escura)

Em síntese, segundo relatos dos espaços participativos da AEDAS, os danos ambientais continuados, por causa do rompimento e agravados pelas enchentes de rejeitos resultam em:

Comprometimento dos serviços de provisão de alimentos e água potável;

Destruição da cobertura vegetal e assoreamento dos rios Doce, Gualaxo do Norte e do Carmo (e seus afluentes)

Alteração dos ciclos hidrológicos

Contribuindo para enchentes nos períodos chuvosos

Perda do direito ao lazer e descanso nas regiões do rio

Alteração nos ciclos de vetores e de hospedeiros de doenças

Alteração das condições da água e danos à fauna aquática

Perda de padrões de organização social e vínculos comunitários, assim como práticas culturais que configuram os modos de vida local

Perda da produtividade nas propriedades atingidas e, conseqüentemente, na capacidade de geração de renda

O QUE AS EMPRESAS POLUIDORAS FIZERAM PARA REPARAR OS DANOS DAS ENCHENTES?

3

Após 8 anos do rompimento da barragem de Fundão, os programas de reparação criados pela Fundação Renova, especificamente para responder aos problemas relacionados à ocorrência das enchentes de rejeito, não foram considerados satisfatórios. Dentre os programas socioambientais que poderiam contribuir com a mitigação dos danos ocasionados pelas Enchentes, estão:

PR34 - Preparação para emergências ambientais

PR9 - recuperação da UHE Risoleta Neves

PR10 - Recuperação de comunidades e demais estruturas

PR32 - Melhoria do sist. de abastecimento de água

MEDIDAS REPARATÓRIAS INDISPENSÁVEIS

PR23 - Manejo de rejeitos

PR31 - Coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos

PR25 - Recuperação de Área Ambiental 1

PR24 - Conteção de rejeitos e tratamento dos rios

Ademais, as vítimas desses danos precisam ser assistidas por medidas socioassistenciais que permitam a recomposição dos seus modos de vida, de suas famílias e comunidades.



4

COMO FIZEMOS: APRENDENDO COM A BACIA DO RIO DOCE



O registro Familiar, nesse momento, é essa grande ferramenta, um instrumento construído com as informações que o povo queria, e é muito importante para levantar a situação de todas as comunidades que a gente trabalha: como elas estão após quase 8 anos do rompimento? A resposta que cada pessoa atingida vai dar, trará dados concisos, que irão endossar os documentos encaminhados a todas as instâncias, mostrando como as comunidades estão. Quem recebeu os auxílios, quem não recebeu, o que a comunidade quer, como ela quer, são informações que pretendemos levantar

(Mayara Costa - Aedas)

A Aedas possui em seu plano de trabalho uma metodologia participativa. Desta forma, promove espaços de diálogo, escuta e participação direta com as pessoas atingidas.

Desde que iniciou a atuação no Médio Rio Doce, em dezembro de 2022, a Aedas realiza uma série de atividades junto aos atingidos e atingidas, buscando uma melhor organização e maior participação, considerando a quantidade de pessoas, o objetivo do espaço, os temas a serem tratados e os resultados esperados.

Deste modo, a Aedas utiliza instrumentos e ferramentas que mapeiam o contexto socioeconômico destas pessoas e constrói com elas a garantia de sua participação no processo reparatório.

O Registro Familiar (RF) é utilizado para atualizar o cenário e coletar dados atuais das famílias atingidas dos territórios que a Aedas assessora, a aplicação do RF foi realizada com mais de 1000 famílias.

Também foram organizados diversos Espaços Participativos, como Rodas de Diálogos, Grupos de Atingidos e Atingidas, Seminários Temáticos que proporcionaram a coleta de informações e dados sobre a participação dos atingidos e atingidas no processo de reparação.



Roda de Diálogo. (AEDAS)

Rodas de Diálogos (RD's) são espaços de transmissão ágil e massificada de informações as pessoas atingidas de uma mesma comunidade e/ou município

QUAL A PROPOSTA POPULAR PARA O FUNDO PARA ENCHENTES?

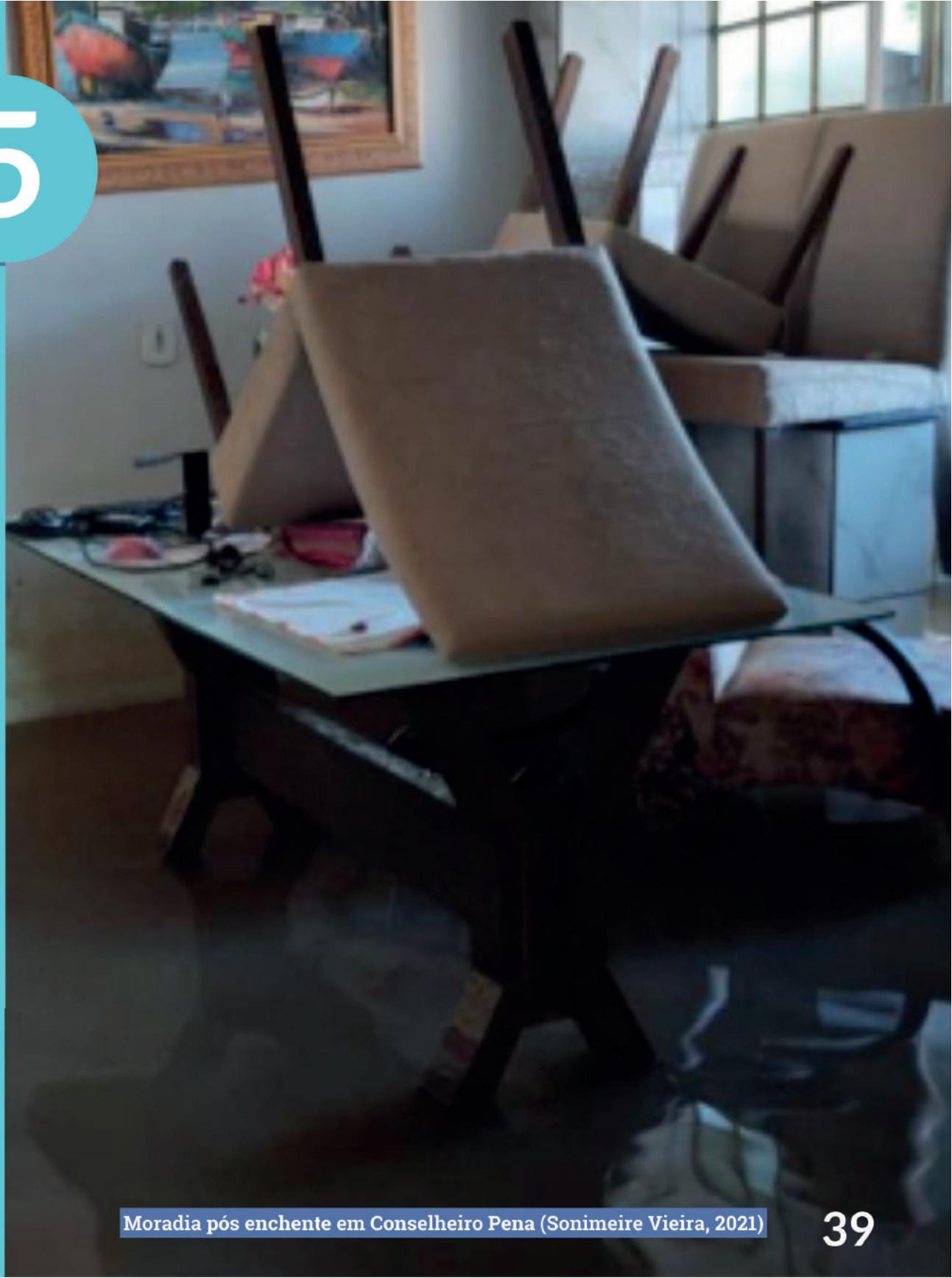
5

Foi possível visualizar a partir dos relatos da população atingida que houve um **agravamento na ocorrência de enchentes após a passagem da onda de rejeitos** provenientes do rompimento da barragem de Fundão.

Antes do rompimento, as pessoas atingidas se alegravam ao ver o rio cheio, pois este era sinônimo de fertilidade do solo, colheita e produção. Hoje, é nítida a insatisfação das pessoas atingidas com as cheias, pois esta resulta em diminuição das atividades relacionadas ao solo, dificuldade no consumo da água e impactos a renda e segurança alimentar.

Nesse sentido, é importante destacar, que a proposta de um **Fundo para Enchentes**, nasce da luta do povo atingido ao longo destes 8 anos pós-rompimento, pois se refere À enchentes que não são comuns no país, pois há mobilização de rejeitos de minérios para as casas, onde há deslocamento de rejeitos de minério para as casas e áreas de cultivo, destruição de fontes de renda, invasão de espaços de lazer, aumento do adoecimento físico e mental e mais uma vez, alteram a qualidade da água.

Assim, as enchentes de rejeitos, após 2015, tiveram o caráter de causar mais prejuízos econômicos, mais danos ao meio ambiente, ampliar os danos à saúde e de renovar as consequências do rompimento, ampliando a extensão dos danos até mesmo para regiões que anteriormente não haviam sido afetadas.





Em sentido complementar, os dados acumulados pela AEDAS e técnicos de diversas instituições implicadas na reparação apontam a insuficiência dos programas existentes para resolverem a situação, principalmente, os que se referem a restauração do meio ambiente e do Rio Doce, que incluem, por exemplo, a retirada de rejeitos dos rios, recuperação da Usina Hidroelétrica Risoleta Neves, melhoria dos sistemas de abastecimento de água, dentre outros.

Reafirmamos a importância da criação de um Fundo para reparação dos danos causados pelas Enchentes de Rejeitos e para prevenção de novos danos, que seja capaz de investir em medidas de mitigação, reparação, prevenção e reabilitação dos danos provocados ao longo destes 8 anos, e que não permitam que as Enchentes representem uma repetição.

A abrangência do Fundo para Enchentes, deve considerar medidas de prevenção, monitoramento e enfrentamento, como:

- ✕ Construção e restauração da infraestrutura de contenção dos danos causados pelas enchentes na bacia do Rio Doce;
- ✕ Realização de medidas de esgotamento sanitário em áreas atingidas pelas enchentes (como obras de drenagem pluvial e esgotamento);
- ✕ Monitoramento dos Elementos Potencialmente Tóxicos (EPT) no período de cheias;
- ✕ Sistema de alerta de enchentes;
- ✕ Descontaminação do Rio Doce (considerando os seres humanos, fauna, flora, cursos d'água, propriedades);
- ✕ Medidas socioassistenciais de emergência;

- ✕ Restauração ecológica de áreas de recarga hídrica: áreas de preservação permanente (ex.: nascentes, cursos hídricos), reserva legal;
- ✕ Medidas de Reparação Socioassistenciais destinadas a Grupos Prioritários vulnerabilizados pelas enchentes (idosos, crianças, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais);
- ✕ Fortalecimento dos serviços públicos, especialmente para os gastos em saúde, ocasionados pelo aumento de doenças de veiculação hídrica, ou por contato com a água contaminada;
- ✕ Medidas de reparação integral no âmbito do trabalho e renda;
- ✕ Danos morais coletivos pelas enchentes que ocorreram desde o rompimento.

Em resumo, as medidas a serem abarcadas pelo Fundo para Enchentes, deverão ser: estruturais e não-estruturais, como é o caso da Governança. Desse modo, a elaboração de um Plano Diretor Participativo, deverá estabelecer premissas, diretrizes de demandas de projetos e ações para um período de anos, que seja compatível com as medidas de descontaminação e revitalização do rio Doce. Além disso, reforçamos a necessidade de reestabelecer os meios de produção que foram destruídos ou alterados pelas enchentes.



“Na enchente de 2020, alega 460 mil de gastos pra cá na ilha, a dra. Alexandra convocou a Renova pra saber como foi gasto, porque segundo ela: até agora não tiveram acesso a nada. “Ele ficou perplexo de ver a deficiência do lugar, a escassez, não temos saneamento, nossa água não chega, tão perto de Caratinga, aqui é pelo poço artesiano, estamos à margem, Fundação Renova vem, vai embora e não faz nada, já era pra gente tá sendo assistido como atingido, enxergando que se você não compra você bebe essa água.

(Dona Eliana - Ilha do Rio Doce/Caratinga)

Quase 90% dos respondentes afirmam que houve aumento das áreas inundadas após rompimento





“As plantas, aonde chega água das enchentes, crescem, mas não produzem”
(Weverson, Conselheiro Pena)

“Todo ano em novembro e dezembro tem enchente e fica inviável sair ou entrar no local. A plantação é destruída pela enchente.”
(Francisco, Aimorés)

Principais danos continuados:

- Contato com a água e o solo contaminados;
- Aumento de gastos com limpeza e manutenção da moradia;
- Abalo à renda;
- Isolamento comunitário;
- Deslocamento compulsório;
- Surgimento e/ou agravamento de problemas de saúde mental;
- Surgimento e/ou agravamento de problemas de saúde física;
- Interrupção de acesso a prestação de serviços públicos.

O Fundo para Enchentes deverá abranger medidas estruturais (obras de infraestrutura: saneamento) e não estruturais (distribuição de alimentos no período das cheias, medidas emergenciais).

LUTA PELO FUNDO PARA ENCHENTES

Pauta emerge da Luta do povo atingido!

GOVERNANÇA

Garantia de Participação Popular para decidir sobre os investimentos do Fundo e Transparência



INSCRIÇÃO NO CADÚNICO

60,15% não estão inscritas no CADÚNICO



DIREITO À REPARAÇÃO INTEGRAL

Danos continuados e ausência de medidas reparatórias



INSEGURANÇA ALIMENTAR

18,2% insegurança alimentar moderada; 28,50% insegurança alimentar grave



RACISMO AMBIENTAL

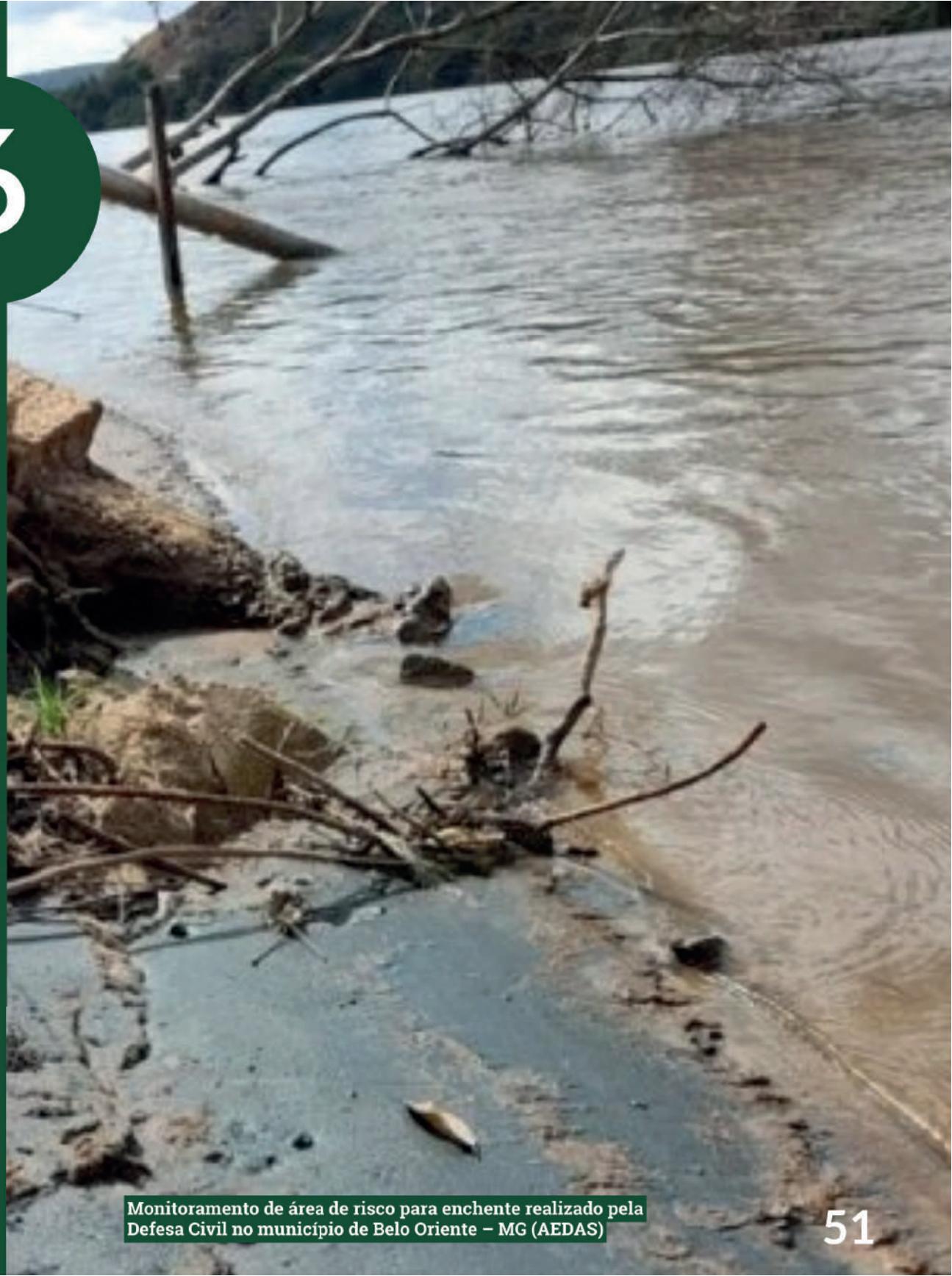
72,62% das pessoas atingidas são negras

QUANTO PRECISARIA SER RESERVADO PARA UM FUNDO CAPAZ DE REPARAR OS DANOS DAS ENCHENTES?

6

Primeiramente, a valoração deve considerar o caráter anual das enchentes e o tempo necessário para que as medidas de mitigação, reparação e prevenção sejam realizadas, bem como o tempo para que a qualidade da água se enquadre e retome o enquadramento nas classes 1 e 2, além dos critérios populacionais dos municípios atingidos na Bacia do Rio Doce. Desse modo, utilizamos como critério o período estimado de 10, 15 e 20 anos, com base na apresentação do processo de revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos apresentado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico na 67ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, no dia 25 de maio de 2023.

Além disso, foi pensado que o Fundo para reparação dos danos causados pelas Enchentes de Rejeitos e para a prevenção de novos danos deve garantir mecanismos para a sua Governança Popular, para que as pessoas atingidas possam definir democraticamente para onde os recursos destinados à prevenção serão destinados, assim como possam fiscalizar a sua correta utilização. Medidas como a descontaminação do Rio Doce, prevenção e contenção dos danos causados pelas enchentes na bacia, o fortalecimento dos serviços públicos e os danos morais coletivos, também devem ser contempladas com destinação de recursos.



Então, para fins didáticos, é possível criar cenários de comparação com experiências recentes no Brasil para enfrentamento aos danos das enchentes, sem perder de vista, o caráter específico das enchentes de jeitos.

CENÁRIOS	CRITÉRIOS ORIGINAIS	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	VALORES ADAPTADOS
<p>CENÁRIO 1 Programa Volta por cima – Disciplinado pela Lei 15.977, de 12 de julho de 2023, visando garantir auxílio para situações de calamidade ou emergência no Rio Grande do Sul;</p>	<p>População total dos 13 municípios do Rio Grande do Sul (RS), que de acordo com o IBGE (censo de 2022) (464.626 pessoas), com valor global repassado pelo Governo Federal de R\$741 milhões (setecentos e quarenta e um milhões de reais)</p>	<p>População total dos 45 municípios atingidos na Bacia do Rio Doce de acordo com o IBGE (censo de 2022) (2.213.373 pessoas).</p>	<p>10 ANOS - 35 Bi 15 ANOS - 52,5 Bi 20 ANOS - 70,5 B</p>
<p>CENÁRIO 2 Experiência das enchentes ocorridas no Acre, em 2021.</p>	<p>População total de 4 municípios do Acre (AC), que de acordo com o IBGE (censo de 2022) (187.963 pessoas), com valor global repassado pelo Governo Federal de R\$7 milhões (sete milhões de reais)</p>	<p>População total dos 45 municípios atingidos na Bacia do Rio Doce de acordo com o IBGE (censo de 2022) (2.213.373 pessoas).</p>	<p>10 ANOS - 82,4 Mi 15 – ANOS 824 Mi 20 ANOS - 1,24 Bi</p>
<p>CENÁRIO 3 Projeto de Lei PL294/2022</p>	<p>O projeto de lei estabelece um fundo permanente com recursos disponibilizados a partir do Orçamento da União (OU), sob um percentual de 0,50% do valor aprovado para cada ano.</p>	<p>Para os cálculos, tomou-se como base no Orçamento da União (OU) para o ano de 2023. Além disso, foram feitos os cálculos comparativos considerando Produto Interno Bruto (PIB), população total segundo IBGE, quantitativos populacionais elencados pelas matrizes da FGV, e número de municípios.</p>	<p>10 ANOS -2,81 bi 15 ANOS - 4,22 bi 20 ANOS - 5,63 bi</p>



“ Quando chove a população sofre com problemas de saúde por conta das enchentes por conta da lama que está contaminada

(atingida assessorada pela AEDAS)

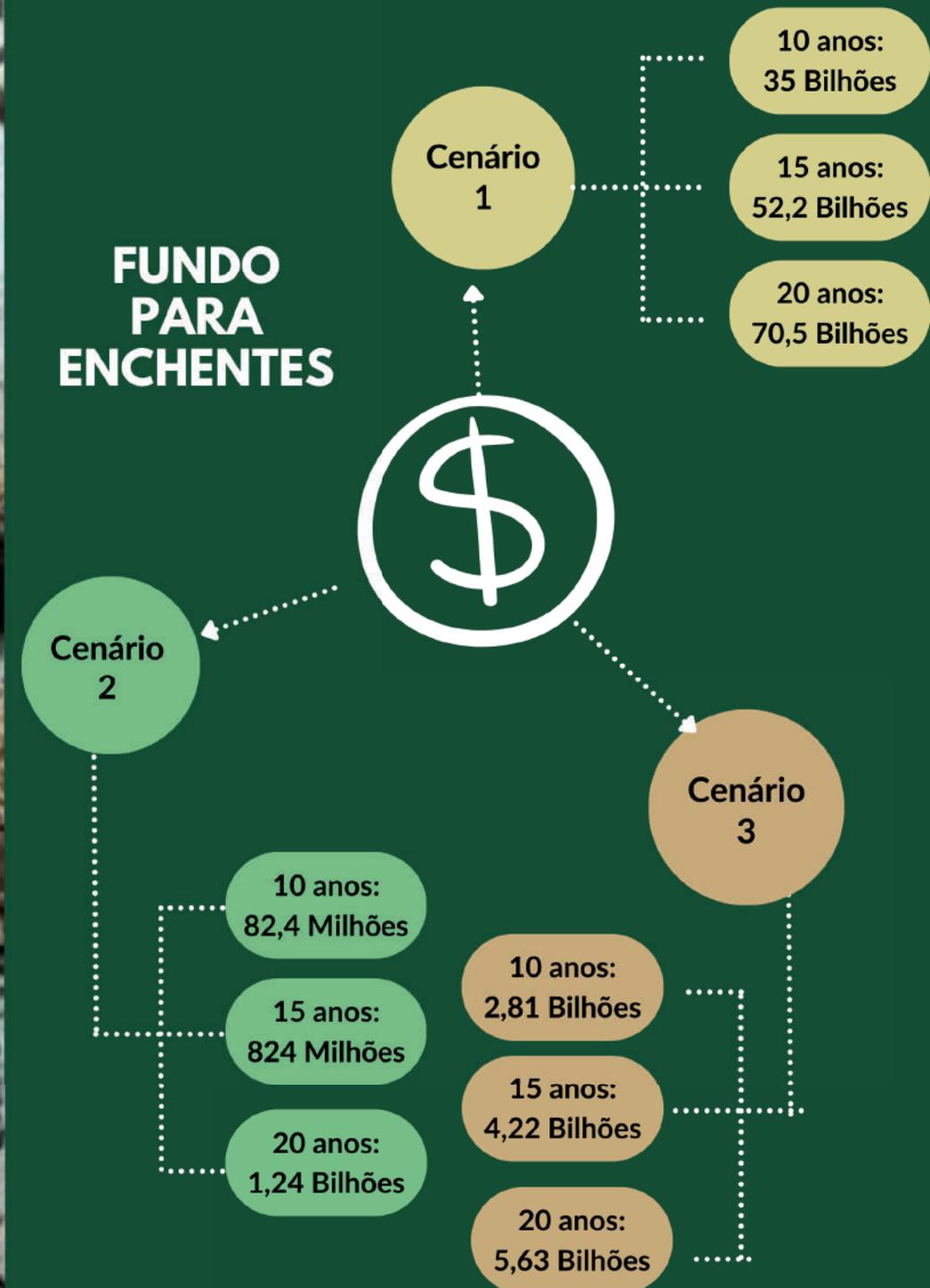
“ A enchente que era produtiva, que ajudava na fertilização da terra, hoje anula a produção, as enchentes tornaram a terra improdutiva.

(atingida assessorada pela AEDAS)

“ Fala do sofrimento de quem mora perto do Rio sobre as enchentes. Relata que com as enchentes que a cidade sofre um risco que aparece é o consumo da água do Rio Doce. Durante as enchentes na cidade parte da população era obrigado, e ainda é, a recorrer a água do Rio Doce, e como existe um temor no consumo da água. Narra que o volume das enchentes aumentaram após o rompimento, acredito que isso tá atrelado a diminuição da calha do rio com o assentamento dos rejeitos

(atingida assessorada pela AEDAS)

FUNDO PARA ENCHENTES



**NADA SOBRE NÓS,
SEM NÓS!**

7

“ um outro mundo é possível,
um outro rio é possível, mas
só com a nossa participação

(Quilombo Ilha Funda e Quilombo Córrego 14)



A AEDAS aprendeu com os atingidos que a luta “Por um Rio Doce vivo, justo e sem fome” tem várias frentes e por isso, cabe reafirmar que a reparação integral também passa por:

REPARAÇÃO COM PROTAGONISMO POPULAR

Participação efetiva dos atingidos durante o processo de construção do acordo de repactuação e construção uma forma de governança que garanta a participação efetiva dos atingidos e atingidas.

ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES

Direito a Assessoria Técnica Independente para todas as regiões atingidas, de acordo com os critérios e escopos já elaborados até o término da reparação.

INDENIZAÇÃO INDIVIDUAL JUSTA

Indenização justa capaz de reparar totalmente os danos materiais e imateriais sofridos com o desastre-crime para todas as pessoas atingidas em valores adequados a uma reparação integral, incluindo: (1) equiparação dos pagamentos do PIM ÁGUA e do NOVEL ÁGUA; (2) O pagamento do AFE para quem foi reconhecido pelo NOVEL (queda da quitação geral).

RIO DOCE SEM FOME

Programa de transferência de renda capaz de resolver os problemas da fome e do abalo à renda na Bacia do Rio Doce e litoral capixaba.

FUNDO POPULAR

Para financiar projetos comunitários, com previsão de gestão popular, sem a interferência das empresas e da Fundação Renova

FUNDO SOCIAL

Aplicação em políticas públicas nas áreas sociais de maior relevância, definidas com participação popular e com preferencial destinação dos recursos às regiões atingidas e as mais empobrecidas;

POLÍTICAS DE SAÚDE VOLTADAS À POPULAÇÃO ATINGIDA

Aprovação e efetivação dos planos municipais de saúde e fortalecimento do SUS e criação de um programa na área da saúde que garanta o diagnóstico, monitoramento, prevenção e atendimento da população atingida pelos diversos danos à saúde, física e psíquica.

RESTITUIÇÃO AO DIREITO DE MORADIA ADEQUADA GARANTIA

Garantia de reforma, indenização e reassentamento de moradias danificadas pela passagem do rejeito, pelas obras de reparação e pelas enchentes, em suas diversas modalidades. Incluindo os reassentamentos Coletivos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira e dos Reassentamentos Familiares.

RIO DOCE VIVO COM SUA REPARAÇÃO INTEGRAL

Garantia de descontaminação e revitalização de todas as regiões contaminadas pela lama tóxica, com a criação de programas de revitalização da bacia com participação popular e com previsão de recursos sem valor teto, até a plena reparação ambiental.

AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL (AFE)

Acesso ao auxílio financeiro emergencial para todos os atingidos e atingidas que se enquadram nos critérios já existentes, criação de novos critérios e inclusão de todos que já receberam através do sistema Novel.

POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS (PNAB)

FUNDO NACIONAL

Reparação, proteção, segurança e desenvolvimento dos territórios atingidos, direcionado à solução dos problemas das populações atingidas e ribeirinhas.

EFETIVAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 58 DO CIF

Relativo ao reconhecimento de novas categorias e territórios ainda excluídos da reparação na bacia do rio Doce.

POLÍTICA DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS

POLÍTICA ESTADUAL DE DIREITOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (PEAB)

Aprovação pelo governo do Espírito Santo

RECONHECIMENTO DAS NOVAS CATEGORIAS E TERRITÓRIOS AINDA HOJE EXCLUÍDOS DA REPARAÇÃO

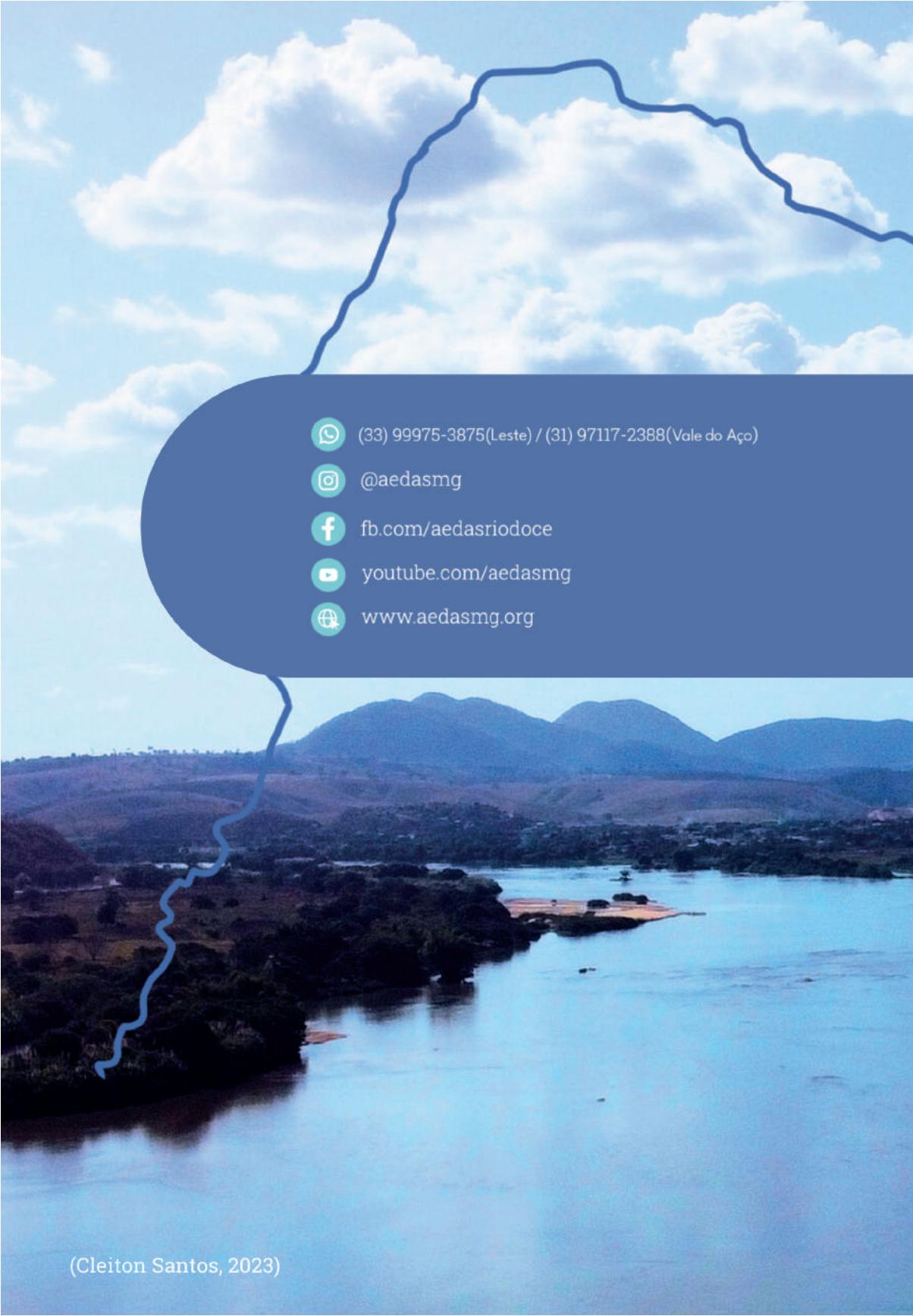
Reconhecimentos, como cadeias de apoio a pesca, agricultura e turismo, surfistas, manchas de inundação (deliberação 617 do CIF), áreas de assentamentos, comunidades tradicionais, entre outros.



Revida Mariana

Justiça para limp
ENERGIAS RECADORIAS

Por isso, a AEDAS convida todas e todos para que sigam participando dos grupos de atingidas e atingidos, rodas de diálogos, seminários temáticos e mobilizando para a conquista da REPARAÇÃO INTEGRAL



 (33) 99975-3875(Leste) / (31) 97117-2388(Vale do Aço)

 @aedasmg

 fb.com/aedasriodoce

 youtube.com/aedasmg

 www.aedasmg.org